

## **A INTERVENÇÃO DO PSICOPEDAGOGO NA DIFICULDADE DE CONCENTRAÇÃO DE ALUNOS DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II**

Rayssa Cyntia Baracho Lopes<sup>1</sup>

*Instituto de Ensino Superior Natalense*

[Rayssa.cyntia@hotmail.com](mailto:Rayssa.cyntia@hotmail.com)

Este artigo apresenta o estudo de caso desenvolvido para obtenção do título de Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica do Instituto de Ensino Superior Natalense - IESN em Natal, Rio Grande do Norte. Este trabalho discorre acerca da atividade pedagógica e mais especificamente, investiga importância da intervenção do Psicopedagogo na dificuldade de concentração de alunos do 6º Ano do Ensino Fundamental II. Tem como objetivo geral apreender a importância da intervenção do Psicopedagogo na dificuldade de concentração dos alunos do 6º Ano do Ensino Fundamental II. Os objetivos específicos estão dispostos a: perceber como se dá o processo de ensino e aprendizagem neste nível de ensino; compreender os fatores que dificultam a capacidade de concentração dos discentes; perceber a importância da intervenção do Psicopedagogo no processo de ensino e aprendizagem. Justifica-se pela intenção de responder alguns questionamentos e desafios acontecidos no cotidiano da sala de aula. A metodologia utilizada para confecção deste artigo científico está orientada sob a apresentação de resultados e discussão de um estudo de caso. Nesta pesquisa apresento observações elencadas pelos professores junto à coordenação de ensino, e se propõe a compreender os fatores que impulsionam a dificuldade de concentração dos discentes neste nível de ensino colaborando de forma significativa tanto para os alunos, quanto para o corpo docente e coordenação pedagógica.

Palavras-chave: Psicopedagogo, Desafios da sala de aula, Dificuldade de concentração.

---

<sup>1</sup> Aluna do Curso de Especialização em Psicopedagogia, pelo FIP/IESN

## INTRODUÇÃO

Atualmente, é comum ouvirmos discursos de alguns professores relatando o seu cotidiano em sala de aula, seus desafios e situações vivenciadas - nesta medida, é percebido que diante de algumas atitudes e comportamentos por parte dos discentes, o professor não consegue mais suprir todas as habilidades que por muito tempo foram de responsabilidade e missão atribuída somente a ele.

É então quando esta situação deve ser compartilhada com os demais profissionais da educação e de áreas afins, para que juntos, possam buscar as melhores condições de aprendizagem e de ensino direcionado ao aluno. Buscando identificar e compreender suas dificuldades que podem estar para além da sala de aula, bem como sua falta de interesse e dificuldade de concentração, motivos pelos quais, por muitas vezes este(s) aluno(s) é rotulado pelo professor.

Assim, o nosso trabalho apresenta uma relevante proposta de pesquisa a ser desenvolvida em turmas do 6º Ano do Ensino Fundamental II, salientando a importância da intervenção do psicopedagogo enquanto profissional que trabalha em conjunto com o aluno, escola e família para juntos detectar e trabalhar com a problemática da dificuldade de concentração de crianças nesta fase de ensino.

Esta pesquisa tem como objetivo geral apreender a importância da intervenção do psicopedagogo na dificuldade de concentração de alunos do 6º Ano do Ensino Fundamental II. O presente trabalho visa apreender o processo de ensino e aprendizagem, compreender quais os fatores que dificultam a capacidade de concentração dos discentes, bem como perceber a importância da intervenção do psicopedagogo no processo de ensino-aprendizagem.

A metodologia utilizada para confecção deste artigo científico está orientada sob a apresentação de resultados e discussão de um estudo de caso. Utilizaremos os autores como Beatriz Scoz; Nádia Bossa; Alicia Fernández; Ana Beatriz Barbosa Silva; e outras fontes que nos foram necessárias para a fundamentação e fechamento deste trabalho.

Em sendo assim, o artigo em comento encontra-se dividido em duas sessões, vejamos que a primeira sessão é composta pela Introdução, onde daremos uma breve explicação do surgimento da necessidade dessa pesquisa, em seguida, trataremos da fundamentação epistemológica da Psicopedagogia em que abordaremos a sua origem, seus precursores e o futuro desta profissão. Em



seguida, apresenta a fundamentação legal da Psicopedagogia, e seu código de ética enquanto profissão, o número da profissão e sua Lei de regulamentação.

A última sessão consta do desenvolvimento, em que apresentamos a contextualização do tema proposto e por fim, estão as considerações finais onde realizamos uma síntese dos elementos constantes no texto deste trabalho, procurando ajuntar as ideias e finalizando as respostas e os resultados obtidos.

## **FUNDAMENTAÇÃO EPISTEMOLÓGICA DA PSICOPEDAGOGIA**

Existem muitas definições para a atuação do Psicopedagogo, este profissional trabalha com as relações da aprendizagem, sejam essas relações conflituosas, ou de origem de problemas como síndromes ou distúrbios. O Psicopedagogo está habilitado para trabalhar essas relações num contexto que envolve as emoções e as relações sociais desta pessoa, que pode ser a criança, o jovem, o adulto ou até mesmo o idoso, porque a aprendizagem é um processo que acompanha o ser humano em todas as etapas de nossa existência.

O Psicopedagogo é esse profissional que vem trazer para o ser humano a complementação do processo de aprendizagem ao longo da vida, cabendo dizer que ele é um profissional que tem uma visão humanista desta relação, trazendo para aprendizagem valores humanos, fundamentais para que as relações sócio-afetivas se consolidem ao longo da existência de cada um. Vale salientar que:

A Psicopedagogia foi inicialmente uma ação subsidiada da Medicina e da Psicologia, perfilando-se posteriormente como um conhecimento independente e complementar, possuída de um objeto de estudo, denominado de processo de aprendizagem, e de recursos diagnósticos, corretivos e preventivos próprios. (Visca *Apud* BOSSA, 2000, p. 21).

Desta forma, os primeiros Centros Psicopedagógicos foram fundados na Europa, em 1946, por J Boutonier e George Mauco, com direção médica e pedagógica. Estes Centros uniam conhecimentos da área de Psicologia, Psicanálise e Pedagogia. Segundo Mery (*Apud* BOSSA, 2000, p. 39), era o lugar “onde tentavam readaptar crianças com comportamentos socialmente inadequados na escola ou no lar e atender crianças com dificuldades de aprendizagem apesar de serem inteligentes”.



Esperava-se que através da união da Psicologia, Psicanálise e Pedagogia, seria possível conhecer a criança e o seu meio, para que se pudesse compreender o caso e determinar uma ação reeducadora. Seria então diferenciar aqueles que apresentam dificuldade para aprender, daqueles que apresentam alguma deficiência mental, física ou sensorial.

De acordo com a psicopedagoga Alícia Fernández (*Apud* BOSSA, 2000, p. 41), “a Psicopedagogia surgiu na Argentina há mais de 30 anos e foi em Buenos Aires, sua capital, a primeira cidade a oferecer o curso de Psicopedagogia”. Foi na década de 70 que surgiram, em Buenos Aires, os Centros de Saúde Mental, onde equipes de psicopedagogos atuavam fazendo diagnóstico e tratamento.

Estes psicopedagogos perceberem um ano após o tratamento que os pacientes resolveram seus problemas de aprendizagem, mas desenvolveram distúrbios de personalidade como deslocamento de sintoma. (Id. *Ibid.*, 2000, p.41) “Resolveram então incluir o olhar e a escuta clínica psicanalítica, perfil atual do psicopedagogo argentino”.

Na Argentina, a Psicopedagogia tem o seu perfil diferenciado da Psicopedagogia no Brasil, nela são aplicados testes de uso corrente de psicólogos. Neste sentido, a Psicopedagogia chega ao Brasil ainda na década de 70. Em seu início na Europa, durante o século XIX os problemas de aprendizagem eram tratados por médicos, prática recorrente aqui no Brasil até os dias atuais.

Nessa medida, os cursos de estudo e especialização em Psicopedagogia iniciaram na Clínica Médico Pedagógica de Porto Alegre, tendo duração de dois anos. O Brasil recebeu fortes influências de profissionais argentinos, tais como: Sara Paín, Ana Maria Muniz e Jorge Visca.

Muitos cursos de especialização em Psicopedagogia foram sendo criados por todo o Brasil, apresentando eles a “A Psicopedagogia Institucional – Preventiva”, que dá assistência a professores e demais profissionais da instituição escolar para melhoria das condições do processo de ensino-aprendizagem, utilizando-se técnicas e métodos próprios, possibilita a intervenção Psicopedagógica almejando solucionar problemas de aprendizagem em espaços institucionais.

E a “Psicopedagogia Clínica – Curativa”, em que o psicopedagogo atua em consultório atendendo à crianças, jovens, adultos ou idosos com dificuldades de aprendizagem, podendo o psicopedagogo atuar em conjunto com os profissionais da Pediatria, Neuropediatria, Fonoaudiologia e Psicologia. Havendo necessidade de encaminhamento, o profissional atua em

linha terapêutica, diagnosticando e desenvolvendo técnicas remediativas, orientando pais e professores.

Devido ao crescimento de ofertas de cursos em Psicopedagogia, foi criada a ABPp (Associação Brasileira de Psicopedagogia), responsável pela organização de eventos, publicação de temas relacionados à Psicopedagogia e cadastro dos profissionais em suas devidas regiões.

Em 05 de fevereiro de 2010, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou o projeto de lei da Câmara dos Deputados (PLC 31/2010) que regulamenta a atividade de Psicopedagogia. Segundo o documento, a profissão poderá ser exercida por graduados e também por portadores de diploma superior em Psicologia, Pedagogia ou Licenciatura que tenham concluído curso de especialização em Psicopedagogia, com duração mínima de 600 horas e 80% da carga horária dedicada a essa área. Uma emenda ainda assegurou a inclusão dos fonoaudiólogos na lista de profissionais aptos a exercer a profissão, após a especialização exigida.

No tocante a fundamentação legal da Psicopedagogia, espera-se para o futuro desta profissão a oficialização do que já existe, e que se firmará com a regulamentação da profissão. O que permitirá a normatização da formação e exercício profissional, bem como, possibilitará maior abrangência e extensão do atendimento à população mais carente que terão acesso a este benefício e atendimento pelo profissional de forma gratuita, pelo sistema de saúde e também de ensino, ou por meio de convênios de saúde.

No caso do Estado de São Paulo, o Deputado Estadual Claury Alves da Silva, a assembleia aprovou a Lei que institui assistência Psicopedagógica nas escolas. O projeto de Lei nº 128/2000, que estabelece a implantação de assistência Psicológica e Psicopedagógica em todos os estabelecimentos públicos de ensino do Estado de São Paulo. A assistência proposta pela nova lei objetiva propiciar o diagnóstico e a prevenção de problemas de aprendizagem, enfocando o aluno e a instituição de ensino. Esta Lei serve de exemplo e parâmetro para os demais estados do país.

O Código de Ética desta profissão foi elaborado pelo Conselho Nacional da ABPp do biênio 1991/1992, reformulado pelo Conselho Nacional do biênio 1995/1996, passa por nova reformulação feita pelas Comissões de Ética triênios 2008/2010 e 2011/2013, submetida para discussão e aprovado em Assembleia Geral em 05 de novembro de 2011.

Este documento é composto de dez capítulos que trazem como proposta o estabelecimento de parâmetros e orientação aos profissionais da Psicopedagogia brasileira sobre os princípios,

normas e valores voltados à boa conduta profissional, estabelecendo diretrizes para o exercício da Psicopedagogia e para os relacionamentos internos e externos à associação. E está previsto na CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) perante o Ministério do Trabalho que trás a atividade do Psicopedagogo(a) classificado sob o número: 2394-25.

## **A INTERVENÇÃO DO PSICOPEDAGOGO NA DIFICULDADE DE CONCENTRAÇÃO DE ALUNOS DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II**

No decorrer da vida estudantil, os discentes passam por inúmeras mudanças ocorridas no contexto escolar. Dentre elas, destacamos o término do Ensino Fundamental I e chegada ao Ensino Fundamental II. Estas mudanças acontecem ainda em muitos aspectos, dentre ele, físicos, mentais, sociais, onde para muitos, é difícil se adaptar a tanta novidade.

Agora, as crianças já são identificadas como pré-adolescentes, em alguns casos há as Escolas que dividem o Ensino em dois ambientes; da Educação Infantil ao Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II ao Ensino Médio, funcionando em outra unidade ou andar do mesmo prédio físico, fator que por si só, já divide o seu nível de ensino entre as fases estudantis. E estas crianças, por muitas vezes, são discriminadas pelos demais que já estão “à sua frente”.

Nesse contexto, dá-se a explosão de novidades, regras e obrigações que devem ser devidamente seguidas pelos alunos. Muda-se a estrutura da escola, e a coordenação pedagógica já não é mais a mesma, em seu contato com a sala de aula, logo percebe que não terá somente uma professora para todas as disciplinas. Assim, sua relação afetiva com a professora que por muito tempo pode ter sido chamada de tia, será interrompida, a partir de agora, será um professor para lecionar cada disciplina, chegando a um número de dez a treze disciplinas com um professor responsável para ministrar cada disciplina.

O problema disso vai se agravando, porque cada docente tem a sua metodologia própria de ensino, o seu meio que julga ser o melhor a ser aplicado em sala de aula. O que, por muitas vezes, deixa de ser considerado o fator inicial; a mudança desse estágio infantil, a mudança de nível de ensino. Neste sentido, verifica-se em sala de aula um (des)encontro entre discentes e docentes.

Nesta perspectiva, verifica-se relatos de Professores queixando-se do comportamento destes alunos, tais observações estão sempre centradas na falta de concentração, facilidade em distrair-se e



principalmente, a dificuldade que os alunos tem em permanecer sentados, atentos às aulas, perceberem que há o seu momento de falar, de movimentar-se, mas que isto agora deverá ser consultado ao Professor que está em sala de aula.

Neste sentido, observando o decorrer de aulas ministradas em duas turmas de 6º ano do Ensino Fundamental II, é evidente o problema da dificuldade de concentração dos alunos. E este problema se dá, desde a atenção que é desviada para o colega que está ao lado, até as atividades a serem realizadas com a presença do Professor.

É em então quando se inicia uma relação por vezes conflituosa, pois este profissional na maioria das vezes já tem seu ritmo de ensino trazido de turmas à frente, deixando-o por vezes sem saber como lidar com essa turma, chegando a relatar a sua falta de afinidade com os alunos. Mas é preciso que se repense essa questão.

Até onde vão as dificuldades de concentração dos alunos e a partir de qual momento o Professor deve refletir sobre o seu papel e a sua metodologia aplicada nesta sala de aula para que a partir deste ponto, juntamente com o auxílio do corpo profissional da escola, entrando então o auxílio do psicopedagogo possa chegar à família, já que esta é responsável pelos primeiros ensinamentos oferecidos à criança.

Ao professor enquanto agente mediador do processo de ensino e aprendizagem cabe este olhar um pouco mais voltado a este público, sob o objetivo de diminuir essas diferenças, buscando a atenção e despertando o interesse dos alunos para a sua aula, bem como para as atividades de sua disciplina, procurando despertar este(s) aluno(s) para que ele(s) possa perceber sua importância nesse contexto, este talvez seja o melhor caminho a ser seguido pelas instituições família-escola. Desta forma, não fica somente a carga apenas do aluno a responsabilidade pelo seu (in)sucesso na sua vida escolar.

Sob esse enfoque destacamos: No que se refere à prática docente suponho que o despreparo e a insegurança estão na raiz da dissimulação, da estratégia de culpar a vítima e ao mesmo tempo ama-la sem nada poder fazer de objetivo para evitar-lhe o peso do fracasso. Uma melhor capacidade profissional do professor permitiria, no mínimo, eliminar essa hipótese. (SCOZ, 2002, p. 12).

Diante de um significativo número de reclamações feitas por professores de disciplinas isoladas, além do comportamento dito como inadequado vindo de grande parte dos alunos deste nível de ensino e resultados de notas aquém do esperado, a escola mostrou-se preocupada com estes



alunos e procurou compreender de onde vinham suas dificuldades de comportamento e aprendizagem.

Foi neste contexto, que a escola verificou a necessidade de buscar por profissionais que estavam para além da sala de aula, mas eram capazes de através de sua intervenção e olhar minimalista voltado para a situação, em especial, voltado ao aluno.

É aí que está a função do psicopedagogo institucional, aquele profissional que está qualificado a trabalhar na área da educação, dando assistência aos professores, coordenadores e demais profissionais da escola, buscando melhorias das condições desse processo de ensino-aprendizagem, objetivando detectar e prevenir possíveis problemas presentes na aprendizagem.

Vale salientar também, a importância de outros profissionais que devem fazer parte do corpo de apoio ao atendimento ainda dentro do contexto escolar. Junto ao Psicopedagogo, são eles – Psicólogos e Fonoaudiólogos - que irão possibilitar um melhor acompanhamento caso se faça necessário.

Partindo para o início do nosso trabalho, nosso objeto de atuação, colhemos todas as informações prévias acima citadas, relatadas pelos professores e equipe de coordenação, e então iniciamos a nossa pesquisa e trabalho, que, através de técnicas e métodos próprios, chegamos à nossa intervenção psicopedagógica e, mais tarde, ao nosso resultado final.

Tivemos a oportunidade de explorar nossa pesquisa em uma turma do 6º Ano do Ensino Fundamental II de uma escola privada, da cidade de Natal, Rio Grande do Norte. Nesta escola, há duas turmas desse nível de ensino que funcionam no turno matutino, a faixa etária destes alunos está entre dez e doze anos de idade, chegando a um caso de um aluno indevidamente matriculado neste nível de ensino e tendo apenas nove anos.

Atribuímos esta variação a três fatores: Há alunos que iniciaram sua vida estudantil de forma mais precoce durante a educação infantil; Há os alunos que estão matriculados conforme sua idade e escolaridade, como também há aqueles que iniciaram sua vida estudantil mais tardia ou chegaram a uma reprovação ao longo deste caminho.

Tendo em vista o grande número de alunos, nos destinamos a destacar em específico neste artigo o caso de um discente da turma A. Com ele iniciamos o nosso processo de intervenção, através das fichas individuais preenchidas pelos professores para cada aluno, colhemos os relatos dos professores de diferentes disciplinas, que por estes variavam as suas expressões.



Então, destacamos aqui a disciplina de história onde o (a) professor(a) sobre o aluno João (cuja verdadeira identificação está preservada) se expressou: “Ele não quer nada com nada. Não consegue permanecer sentado, tem dificuldade de leitura, não realiza as atividades e quando faz, faz apenas por fazer”.

Já o(a) professor(a) de matemática disse: Ele é um aluno inquieto e agitado, não apresenta tanta dificuldade nos cálculos, mas faz as atividades propostas por mim muito rapidamente, preciso de pulso para que ele não tire a concentração dos demais amigos que ainda estão realizando as tarefas.

O (a) profissional que leciona a disciplina de Ética e Cidadania apresenta algumas questões que nos faz refletir sobre as ações desse aluno, estão por ele(a) observado e descrito: Este aluno tem dificuldade de permanecer sentado, chamo sua atenção várias vezes ao longo da aula, principalmente em momentos em que estou escrevendo ou até mesmo tentado explicar o conteúdo, porém percebo que ele tem uma grande dificuldade de socializar-se com os seus colegas de sala devido a esse comportamento impulsivo, tira atenção de um, conversa com o colega ao lado, atrapalha quem está a sua frente.

Seus colegas então se chateiam e acabam o excluindo de seus grupos de amizade e até para fazer atividade é difícil de colocá-lo em determinados grupos. Mas, em contrapartida, quando solicito sua opinião em determinados assuntos propostos em sala de aula ele sempre nos surpreende. E, mesmo realizando o trabalho sozinho, é capaz de obter notas melhores do que os alunos que fizeram em grupo.

O (a) docente de artes declarou: Ele não deixa que eu conclua a explicação, sempre pergunta algo sobre o tema, como também faz perguntas sem sentido, tem sempre um exemplo a citar.

Enquanto o (a) professor (a) responsável pela disciplina de português, gramática diz: Ele vive passeando na sala, pede sempre para tomar água. Acho que ele tem algum problema.

Diante dos relatos também colhidos pela coordenação, percebemos que os pais deste aluno estão sempre sendo convidados a irem à escola para que haja uma explanação do comportamento de seu filho, mas que ainda não atenderam com suas presenças a nenhuma dessas solicitações e tentam passar por cima de fatores que estão levando o aluno a tirar notas abaixo da média mínima posta pela escola, além de torná-lo excluído pelos colegas de sala devido algumas ações aqui já citadas.





Iniciamos o processo de observação deste aluno, seguimos os passos legais previstos para o diagnóstico, em um número mais reduzido de encontros, começamos nossas atividades individuais e percebemos sintomas de impulsividade, enquanto conversamos inicialmente, o cliente demonstra dificuldade de concentrar seus olhos como expressão de atenção, olha para o lado, pergunta por material que está posto à mesa para utilização posterior, interrompe o nosso pensamento, antes mesmo de concluí-lo e propormos algo para ele, seja um questionamento ou uma atividade. E costuma falar em voz alta: Eu sei, eu sei! Este aluno também comentou em nossos encontros sobre sua dificuldade de dormir cedo, de acordar cedo e de difíceis noites de sono, além de.

De volta à sala de aula, foi perceptível também que o aluno tinha dificuldade de escrever em seu caderno aquilo que estava escrito no quadro. Então, dessa vez observando o seu cotidiano neste ambiente e também analisando a conduta dos professores em sala de aula, confirmo algumas colocações feitas por alguns professores, como também vejo outro lado que não foi relatado pela maioria dos professores em suas observações.

É então, atuando enquanto o profissional que de certa forma é também um mediador nessa situação, aqui recordamos algumas colocações feitas por autores. Convém salientar que:

A liberação da inteligência aprisionada só poderá dar-se através do encontro com o prazer de aprender que foi perdido. Por tal razão, acreditamos que nossa principal tarefa na relação com os pacientes (aos quais denomino "aprendensinantes") é "ajudá-los a recuperar o prazer de aprender" e, de igual modo, pretendemos, para nós mesmos, recuperar o prazer de trabalhar aprendendo e de aprender trabalhando. (FERNÁNDEZ, 2001. p. 19)

Trazendo para esta situação, verificamos que há em discussão um aluno dito como problemático, mas que acima de tudo, há uma criança - pré-adolescente - que necessita de um olhar e diagnóstico mais bem colocado sobre sua personalidade. Aqui, não cabem rótulos, cabe um diagnóstico a ser feito e acompanhamento a continuar em nossas atividades.

Mas percebemos uma criança, de dez anos de idade que para alguns é para hiperativo, para outros tem problema, rótulos estes que os faz esquecer que ele é apenas uma criança de onze anos de idade, que merece sim um melhor acompanhamento do psicopedagogo, mas também de um olhar sensível deste professor que deseja que todos os seus alunos funcionem conforme o que ele julga ser o comportamento ideal, esquecendo-se de suas especificidades individuais a cada aluno.



Assim, por tantos aspectos observados, percebemos alguns traços que nos levam a entender que esta criança apresenta sintomas possíveis ao Transtorno de Déficit de Atenção, mais comumente conhecido como TDA, mas, queremos salientar que, o uso do termo de déficit de atenção pode levar a um entendimento incorreto da capacidade de atenção de um TDA, devemos ter cuidado a esse termo e não compreendê-lo como a quem o possui ser incapaz de ter atenção a algo. Aí é que está, estas pessoas são de explosões à grandes emoções, acarretando atitudes e ações sem medida. Como destacamos abaixo:

Se o comportamento dos TODA's não for compreendido e bem administrado por eles próprios e pelas pessoas com quem convivem, consequências no agir poderão se manifestar sob diferentes formas de impulsividade, tais como: agressividade, descontrole alimentar, uso de drogas, gastos demasiados, compulsão por jogos, tagarelice incontrolável. (SILVA, 2009, p.25)

Tendo em vista todos estes fatores, também se fez necessário o encaminhamento deste, para outros profissionais, neste caso, o oftalmologista para que seja feito exames para verificar possíveis problemas visuais, o que, chegamos a confirmar também esta dificuldade. Então, se faz necessário que a partir deste momento, este aluno não seja visto como o problemático, afinal, este comportamento não nos leva a crer que suas atitudes sejam provenientes de patologia, nem tampouco de ruindade, definição que ficou implícita ao discurso de alguns envolvidos neste caso.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Chegando ao final deste Trabalho de Intervenção e Pesquisa, podemos conferir que atualmente no meio educacional se fala muito da extrema necessidade de capacitar o docente, porém, deixa-se de lado a visão de como estes profissionais e as suas instituições estão capacitadas à sua atuação.

É preciso que se reflita sobre tais questionamentos, e que seja presente esse olhar sobre o ser humano, que antes de ser o aluno João, é o ser João, e como tal é fruto e reflexo de uma gama de situações que por muitas vezes antecederam a sua existência – podendo estar na gestação.

Acredito que se faz necessário que cada professor enquanto profissional da educação, dentre as muitas atribuições que lhes são destinadas, deve também ter este olhar humano, procurando perceber nos pequenos sinais dados pelos seus alunos, não somente seu rendimento abaixo do

esperado, mas que possa, junto à coordenação e todos os outros profissionais envolvidos, perceber e às vezes até diagnosticar as carências de seus “aprendentes”.

Por essas e outras situações, defino a relevante função do psicopedagogo nas instituições de ensino, bem como, de que cada profissional da educação também tenha conhecimentos prévios acerca da aprendizagem e suas dificuldades pelo aluno, mesmo que esta seja de forma simplificada, e que juntos, aluno – escola – família – psicopedagogo possa suprir os problemas surgidos à aprendizagem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSSA, Nadia A. Fundamentos da psicopedagogia. In: **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. 2. Ed, Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

FERNÁNDEZ, Alicia. **Os idiomas do aprendente**. Ed. Artmed, 2001.

<http://www.psicopedagogia.com.br/opiniaio/opiniaio.asp?entrID=422> > acesso em: 15 de agosto de 2014.<http://www.abpp.com.br/> > acesso em: 14 de agosto de 2014.

SCOZ, Beatriz. **Psicopedagogia e realidade escolar: o problema escolar e de aprendizagem**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. Rio de Janeiro. Ed. Objetiva, 2009.